

Defesa da Legenda

Assim se expressou o Deputado Raul Pila, presidente do PL:

— Não é possível julgar precisamente um documento, senão conhecendo-o na íntegra. Entretanto, os trechos e o breve resumo da Pastoral dos Bispos da Província Eclesiástica de Belo Horizonte, publicados pelo O GLOBO, demonstram, desde logo, a importância do documento. Especial relevo merece o apêlo a todos os homens de consciência para que se implante, afinal, no Brasil, uma democracia autêntica e autenticamente cristã, onde os eleitores não escolham sob a influência de interesses pessoais, de promessas de emprêgo e de exaltações demagógicas de qualquer gênero. Este é, realmente, o nosso problema político fundamental. A falsa democracia só nos pode levar, como está levando, ao desastre total. Não concordo, porém, com a crítica ao nosso atual sistema eleitoral, no ponto de vista em que obriga a votar numa legenda partidária, porque o voto "dado a um cidadão digno da nossa escolha, vai de fato servir para eleger um menos recomendável e, por ventura, infenso às normas da Igreja". Sem o voto de legenda, desagregam-se, pulverizam-se, dissolvem-se os partidos e predomina a política puramente pessoal. O mal do nosso sistema eleitoral não está na legenda, senão no fato de que a legenda não recobre, geralmente, verdadeiros partidos. Compreende-se o interesse da Igreja em que católicos votem, exclusivamente, em católicos, mas esse interesse não é contrariado pelo nosso atual sistema, que permite ao cidadão escolher livremente entre os candidatos do partido. Não admitir sequer que o voto dos católicos possa concorrer indiretamente para eleger acatólicos, parece-me que é levar demasiado longe o exclusivismo. E isto com tanto maior razão, quanto muito mais freqüente é, pelo menos no Sul do País — onde numerosos são os protestantes — o voto de acatólicos concorrer direta ou indiretamente, para eleger católicos. Em verdade, o necessário é o que pede a seguir a Pastoral e não se verifica pela irrealidade dos nossos partidos políticos: "Que nenhum partido desça à alianças híbridas com elementos do ilegal partido comunista". Ou com nenhum partido contraditório com a própria ideologia — acrescentaria eu. Outro ponto importante da Carta Pastoral da Província Eclesiástica de Belo Horizonte, é o referente ao monopólio estatal do ensino. Em verdade, o monopólio é sempre perigoso. Por outro lado, parece-me fora de dúvida que o ensino primário deve ser obrigatório, universal e gratuito. Este princípio não exclui, porém, possam freqüentar escolas particulares, que ministrem a educação básica, quantos queiram e possam fazê-lo. A obrigatoriedade se entende, assim, no sentido de que nenhuma criança possa ficar sem escola; não no de que tenha de freqüentar necessariamente as escolas do Estado.